

FEIRANTES AGROECOLÓGICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PELOTAS (RS): RESULTADOS DE UMA MONOGRAFIA

BEATRIZ FRANCO DO VALE¹;
MÁRCIO BARCELOS²

¹Universidade Federal de Pelotas (PPGCPOL-UFPEL) – beatrizzzdovale@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (CCSO-UFPEL) – barcelosmarcio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é dedicado à apresentação da metodologia e resultados da monografia produzida e defendida pela autora para conclusão da especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, ofertada pelo Centro de Ciências Socio-Organizacionais (VALE, 2024)¹. Territorializado no contexto pelotense, o objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso (TCC) foi analisar em que medida os feirantes agroecológicos percebem a agroecologia como questão de política pública.

A temática nela trabalhada é centrada na questão da segurança alimentar e nutricional (SAN) e, especificamente, na agroecologia (ou agricultura ecológica). A alimentação, enquanto processo biológico e sócio-cultural, é impactada pela crise climática vivenciada por todos nós no tempo presente, constituindo-se, em alguma forma, em alguns dos objetivos e metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O sistema alimentar convencional, hegemônico, alinhado ao modelo de desenvolvimento capitalista, predatório dos recursos naturais, tem sido cada vez mais questionado. Esta condição abre espaço para pensar alternativas a esse modelo, como pleiteia-se ser a agroecologia.

A partir da lente da SAN, conceito instituído tanto nos espaços acadêmicos brasileiros, como na estrutura estatal, é possível abordar a questão da agroecologia, ao incorporar a dimensão da sustentabilidade, tanto ambiental, como socioeconômica, além de valorizar a diversidade cultural presente no território nacional. A agroecologia é entendida aqui tanto como uma visão de mundo, como um modo de produção enraizada no território e, por isso, em harmonia com o meio ambiente e com as tradições locais, mas, também, como questão de política pública, conforme instituído na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Dado seu foco no local, focaliza-se nos atores envolvidos nas dinâmicas territorializadas, centralizando as ações e atuações dos agricultores agroecológicos.

Incorporando então a literatura sobre políticas públicas (PPs), em diálogo com o escopo da especialização, focou-se naquela que pode ser entendida como uma primeira etapa do ciclo de PPs: a questão do problema; de um situação problemática compreendida como um problema público, referente à sociedade, e, portanto, de responsabilidade do Estado. Esta etapa é envolvida fortemente por uma dimensão subjetiva, o que conecta-se com a ênfase dada aos atores no enfoque da SAN. Em uma abordagem argumentativa às políticas públicas, a percepção é fundamental a esta, visto que os problemas (e consequentemente as soluções postuladas a eles) são construídos social e culturalmente. Assim,

¹ Todo o conteúdo aqui explanado está referenciado no trabalho completo. As referências não puderam ser incluídas aqui em sua totalidade devido a limitação de espaço.

elementos subjetivos, como percepções, ideias, interesses, visões de mundo etc., estão atravessados no processo de políticas públicas, desde a identificação de um problema, a sua inserção na agenda de governo (o que é fundamental ao seu tratamento) à formulação e implementação de políticas a sua solução, além das fases de monitoramento e avaliação. De modo a não estrapar os limites a este trabalho, este está dividido em duas seções além desta introdução e das conclusões. A próxima seção é voltada à explanação do percurso metodológico seguido na pesquisa. Depois, apresenta-se seus resultados.

2. METODOLOGIA

Voltada a captar as percepções dos feirantes agroecológicos no município de Pelotas, no Rio Grande do Sul, esta pesquisa caracteriza-se por ser qualitativa.

Sua metodologia passou por diversas fases, desde uma mais exploratória, voltada à familiarização do contexto e dinâmicas locais pela pesquisadora, como à identificação e ao mapeamento das feiras ecológicas no município, por meio de observação não-participante. Nesta fase, também compareci à Secretaria de Desenvolvimento Rural de Pelotas (SDR) (novembro de 2023), visita na qual identifiquei um Departamento de Feiras; na Cooperativa Sul-Ecológica (novembro de 2023), na qual muitos agricultores ecológicos encontram-se associados; na Incubadora Tecsol (Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária) vinculada à UFPEL (2023), que gestou e acompanhou uma das feiras que compoem o *corpus* de análise; e participei do Dia de Campo promovido pela Estação Experimental Cascata (EEC), na Embrapa Clima Temperado (2022). Um achado importante desta fase exploratória foram os dados dos feirantes coletados no Departamento de Feiras da SDR. Esta coleta pela instituição se dá no cadastro para obtenção de autorização para realizar as feiras e o pagamento de uma taxa. Destaca-se que esses dados, que poderiam subsidiar a formulação de políticas públicas na área, são subaproveitados, não havendo maiores sistematizações e análises deles.

Uma segunda etapa foi o levantamento e análise documental. Esta fase caracterizou-se pela busca de legislações municipais voltadas à segurança alimentar e nutricional, agroecologia e feiras livres. Entre o mês de março de 2023 a março de 2024, foi possível coletar 20 materiais, entre Leis e Decretos, a partir de buscas no *site* da Prefeitura Municipal de Pelotas. Um dos principais achados nesta pesquisa foi a Lei nº 6980 de 2021, que institui a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica do Município de Pelotas, e dá outras providências. Ademais, verifica-se um contexto institucional, do ponto de vista político-legal, no mínimo estimulante às práticas agroecológicas. Esta formalidade, porém, não é apreendida na realidade pelos agricultores-feirantes.

Por fim, a terceira etapa, cujos resultados serão apresentados e discutidos a seguir, contou com entrevistas semi-estruturadas como instrumento de coleta de dados após mapeamento e identificação dos feirantes agroecológicos locais. O *corpus* contou com cinco representantes de cinco das seis feiras ecológicas identificadas. As entrevistas contaram com suporte de um roteiro produzido previamente, foram gravadas (com autorização) e posteriormente transcritas. A técnica de análise foi a análise de conteúdo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destaca-se, antes de se proceder à apresentação e discussão dos resultados, a riqueza de informações capturadas pelo trabalho de campo, que demonstra que a realidade é feita de excessos que não conseguem ser processados em sua infinitude por nós. Isto é, as falas dos entrevistados excederam aquilo que se buscou *a priori* alcançar, ao mesmo tempo que o complementaram e enriqueceram o trabalho realizado.

Em relação a suas percepções sobre a gestão pública, pôde-se apreender principalmente percepções positivas em relação a ela acompanhadas de demandas ainda não supridas, isto é, “está bom mas pode mais”. Estas respostas são permeadas pela origem dos entrevistados, visto que eles, em sua maioria, residem em outros municípios da Serra dos Tapes, mas comecializam seus produtos em Pelotas. Esta região é reconhecida pela forte presença da agricultura familiar, como um enclave em meio a grandes propriedades de agricultura convencional. Porém, adjacente a estas percepções relativamente positivas, há indicações de um distanciamento da prática política por parte da maioria dos entrevistados, o que pode ser entendido como um fator influenciador a suas percepções sobre este tópico. Apenas um dos agricultores-feirantes entrevistas demonstrou, ao longo de sua fala, uma maior engajamento político, como participação em fóruns, encontros e um contato maior com a SDR. Um outro representante citou o contato com o vereador Jurandir (PSOL-RS), ligado à pauta da agroecologia.

Sobre seus entendimentos sobre SAN, há concepções próprias, individuais, sobre aquilo que se considera segurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo que existe um total desconhecimento em relação ao conceito instituído em âmbito estatal. “[...] é tu saber de onnde vem seu produto e como é produzido [...]”; “Segurança alimentar é tu produzir 70% do consumo da família e nutricional é produzir sem veneno químico [...]”; “[...] se baseia em ter um produto seguro pras pessoas comerem, tu ter um produto desde a higienização, de uma conservação boa [...]” (VALE, 2024). Estas respostas estão em conformidade com os conceitos de segurança alimentar e nutricional encaixado no Estado e apropriado nesta monografia. Porém, mesmo que não contradiga esse conceito, surgem alguns questionamentos que não puderam ser respondido no TCC: Qual a importância deste conceito ser apropriado pelos agricultores agroecológicos, que produzem, na base, segurança alimentar e nutricional? Por que há uma dissociação relativa entre o conceito instituído e o entendimento destes feirantes?

Destas análise, junto as demais informações extraídas ao longo das entrevistas, pôde-se extrair como está construída a visão deles sobre a questão agroecológica. Isto é, se eles a percebem ou não como uma questão de política pública. Compreende-se que a agroecologia não pode ser entendida como um questão pública a partir da percepção dos entrevistados, agentes locais de promoção da agricultura ecológica em nossa conceituação. As inferências possibilitadas através de nossa fundamentação teórica indicam uma incipiência da construção da agroecologia como um problema público, principalmente do ponto de vista argumentativo, visto que o termo não é muito mobilizado nas falas dos entrevistados em comparação ao “orgânico”. Isso não quer dizer que os entrevistados não sejam ou não pratiquem uma agricultura – ou uma vida – ecológica, mas sim que estes conceitos fundamentais nas discussões acadêmicas e no campo das políticas públicas ainda não são mobilizados fortemente nestes discursos. Esta não-apropriação é cristalizada no uso ostensivo do significante “orgânico” nas falas dos entrevistados, que liga-se principalmente ao modo de produção de alimentos que não leva agrotóxicos, mas que não incorpora

necessariamente elementos essenciais à agroecologia e à SAN, como sustentabilidade econômica, ambiental e cultural, por exemplo.

4. CONCLUSÕES

Pôde-se, com o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso aqui apresentado, obter diversos resultados. Estes, mais do que conclusões alcançadas, são melhor entendidos como pontos de partida a investigações mais aprofundadas em relação à agroecologia e a segurança alimentar e nutricional, centralizando os agricultores ecológicos e suas construções sobre a realidade vivenciada por eles.

Conclui-se esta pesquisa destacando a importância de se pensar e estudar a agroecologia em meio a crise climático-ambiental que molda a vida hodierna. Ela exige pensar formas alternativas à relação convencional entre o homem e o desenvolvimento, tradicionalmente entendido como crescimento econômico, bem como a relação entre homem e natureza. O sistema alimentar hegemônico tem sido centralizado nos debates sobre as causas à deterioração do clima e do meio ambiente, o que acaba por jogar luz aos sistemas alimentares alternativos e à agroecologia como alternativas ao problema vivenciado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VALE, Beatriz Franco do. Políticas Públicas, agroecologia e segurança alimentar e nutricional: uma análise da percepção dos feirantes agroecológicos em Pelotas (RS). Monografia (Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional). Orientador: Prof. Dr. Márcio Barcelos. 64f. Centro de Ciências Socio-Organizacionais, Universidade Federal de Pelotas, 2024.